



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Avenida Theotônio Segurado AANE 40 - Bairro Plano-Diretor Norte - CEP 77006-332 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
QI-01 Lote 03

PROCESSO 23.0.000033363-8
INTERESSADO Esmat
ASSUNTO Projeto Básico

Projeto Básico Nº 250 / 2023 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT/DAFESMAT

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE RQ. 06.2
PROJETO BÁSICO REV. 03

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para ministrar a palestra com o tema: "**Tecnologia Mindset e Inovação**" e o curso "**Inovação e o Pensamento de Design Multiplicadores**", para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, na modalidade híbrido.

2. JUSTIFICATIVA DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL/EMPRESA

2.1. Foi criado no Poder Judiciário Tocantinense o Comitê Gestor da Inovação e do Laboratório de Inovação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Poder Judiciário Tocantinense (CGI/INTELECTUS-TO), com o objetivo de aprimorar as atividades deste Judiciário, por meio da difusão da cultura da inovação, com a modernização de métodos e técnicas de desenvolvimento do serviço judiciário, de forma coletiva e em parceria com atores externos, orientado pelo art. 218 da Constituição Federal, pela Lei nº 10.973, de 2004, pelo Provimento nº 85 do Conselho Nacional de Justiça, de 2019, pelas Resoluções nº 325, de 2020, e 395, de 2021, e ainda pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, incorporados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

O Comitê tem concentrado seus esforços na cooperação e eficiência operacional das metodologias ágeis e de recursos tecnológicos, propondo e coordenando as ações e projetos relacionados à inovação para melhoria dos índices de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público prestado.

No primeiro semestre a proposta foi mapear mentores(as) internos(as) a partir de mentorias à distância para que estes possam orientar novos grupos no desenvolvimento de projetos e mostrar como a neurociência tem trazido respostas para os desafios do século XXI, e assim capacitamos magistrados(as) e servidores(as) do TJTO acerca do mindset que afeta a inovação. Os(As) participantes foram estimulados(as) a pensar sobre como a inovação transformacional pode aumentar os resultados e romper os desafios trazidos pelas novas tecnologias.

Nesse momento estamos na fase de treinar multiplicadores das equipes do primeiro semestre com sessões de mentoria de pensamento de desing o que é e como será usado no desenvolvimento de soluções e também sobre planejamento entre os times para começar a mapear o desafio.

Justifica-se contratar a professora Solange Mata Machado, através da empresa Zao Apoio Administrativo Ltda para ministrar uma palestra sobre tecnologia, mindset e inovação e um curso com foco nos multiplicados de pensamento de design ,por ser conhecida por ter conexões sólidas com o serviço público e histórico de colaboração com empresas líderes, isso pode ser uma oportunidade para o Tribunal de Justiça se conectar a redes valiosas da inovação.

A inovação e o design estão em constante evolução. Ter alguém que acompanha de perto as mudanças e desenvolvimentos pode ajudar sua equipe a permanecer atualizada e relevante, e facilitadores de aprendizagem habilidosos, como Solange Mata Machado, podem inspirar e motivar a equipe a abraçar a mudança, explorar novas ideias e abordagens, e se esforçar para alcançar novos patamares de criatividade.

2.2. Por tratar-se de palestra e curso específico, buscou-se uma empresa com perfil e habilitação adequados para atender a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Por essa razão, indica-se a contratação da empresa **ZAO APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, a qual possui notória especialização na área de cursos e treinamentos e conta como a instrutora de larga experiência, como a professora **Pós-Doutora Solange Gualberto da Mata Machado**, conforme proposta anexada aos autos (5306379).

2.3. A Professora **Solange Gualberto da Mata Machado** é Pós-Doutora em Neurociência Aplicada aos Processos de Inovação. Doutora e mestra em Inovação e Competitividade, pela FGC/SP. Especialista em Residência Doutoral, nas universidades: Yale University (USA), Technion University (Israel), Hitotsubachi University (Japão) e Remin University (China). Especialista em Empreendedorismo, pela Babson College (USA). CEO ADL Partner (França). Executive Director and Gerente Geral Câmara Americana de Comércio, Brasil Representative da US Chamber of Commerce. Diretora Executiva da Abividro, Axiom Corporation e Connectadas.com (site de comunidades femininas AL).

2.4. Considerando os serviços técnicos especializados predominantemente intelectual realizados por meio de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, pela empresa ou por profissionais com notória especialização, capacidade técnica, e experiência da empresa, e que o custo para realização deste curso ficou no valor de **R\$ 42.011,52 (quarenta e dois mil e onze reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme proposta anexada aos autos, compreendemos que a contratação dessa empresa, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f e § 3º combinado com o artigo 6º inciso XVIII, alínea f da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 é a melhor relação custo/benefício na utilização dos recursos públicos destinados a esse fim.

3. OBJETIVOS:

3.1. Objetivo Geral:

3.1.1. Capacitar magistrados(as) e servidores(as) do TJTO sobre conceitos inovação e o pensamento do design e treinar multiplicadores da equipe do primeiro semestre e estimular os participantes a pensar sobre como a inovação transformacional pode aumentar os resultados e romper os desafios trazidos pelas novas tecnologias no Poder Judiciário.

3.2. Objetivos Específicos:

3.2.1. Aplicação prática dos conceitos aprendidos para solução real de problemas:

3.2.2. Trabalho em equipe;

3.2.3. Formação de até 5 grupos para buscar novas soluções para os desafios identificados no TJTO;

3.2.4. Identificar mentores internos no TJTO – voluntários - para orientar os grupos nos desafios que surgirem relacionados no desenvolvimento dos projetos;

3.2.5. A primeira 1ª. Mentoria do mapeamento MAPEAR deverá ser acompanhada pelos mentores internos que aprovarão com o mentor interno o desafio encontrado.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

4.1. Condições gerais

4.1.1. A palestra com o tema: "**Tecnologia Mindset e Inovação**" e o curso "**Inovação e o Pensamento de Design Multiplicadores**", refere-se a uma ação de formação continuada.

4.1.2. A palestra será realizada para **uma turma** com o total de **160 vagas**.

4.1.3. O curso será realizado para **uma turma** com o total de **35 vagas**.

4.1.4. Para a realização da palestra e curso, utilizar-se-á a **modalidade híbrido**. O desenvolvimento das atividades se dará da seguinte forma: A **palestra** será realizada no Auditório da ESMAT, o **curso e/ou capacitação** será realizado na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), com encontros virtuais: Plataforma do Google Meet.

4.1.4. A **palestra** acontecerá no **dia 24 de novembro de 2023**.

4.1.5. **Capacitação:**

4.1.5.1. **Encontros Presenciais:**

4.1.5.1.1. Dia 28 de setembro de 2023;

4.1.5.1.2. Dia 29 de setembro de 2023;

4.1.5.1.3. Dia 24 de novembro de 2023 Mentoria 4 Pich Final.

4.1.6. **Encontros Virtuais:**

4.1.6.1. Mentoria 1 – Dia 2 de outubro de 2023;

4.1.6.2. Mentoria 2 – Dia 16 de outubro de 2023 de 2023;

4.1.6.3. Mentoria 3 – Dia 6 de novembro de 2023.

4.1.7. As **inscrições** para a capacitação serão efetuadas de acordo com as indicações, por meio do Processo SEI nº 23.0.000003631-5.

4.1.8. As **inscrições** para a palestra serão realizadas por meio do Sistema Acadêmico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (SAV/ESMAT), e o link será disponibilizado no Portal da Esmat.

4.1.9. Os(as) participantes matriculados(as) nas cidades do interior do Tocantins e demais regiões terão acesso à transmissão do Evento, e os(as) participantes matriculados(as) em Palmas deverão participar de forma presencial no Auditório da Esmat para registro da frequência.

4.1.10. A **divulgação** do curso e o processo de inscrição serão realizados pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), por meio da publicação de Edital de Seleção e notícias no site da Esmat, Tribunal de Justiça e redes sociais.

4.1.11. **A metodologia:**

4.1.11.1. **Palestra:**

4.1.11.1.1. A palestrante irá ministrar a palestra de forma presencial no Auditório da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, no dia 24 de novembro do corrente ano para os alunos e as alunas matriculados(as) no evento.

4.1.11.1.2. Os conteúdos serão abordados de forma expositivo-dialogada, à luz dos princípios da andragogia, de modo que facilite a retenção dos conteúdos pertinentes ao tema.

4.1.11.1.3. Serão utilizados recursos multimídia, tendo como principal enfoque o debate acerca das novas tecnologias mindset e inovação e a vivência de experiências práticas da palestrante em sua atuação profissional, com a possibilidade de abertura para questionamentos dos(as) participantes ao final da palestra.

4.1.12.2. **Curso de Capacitação:**

4.1.12.2.1. O referido curso ocorrerá de forma presencial nos dias 28 e 29 de novembro de 2023, e terá 3 mentorias virtuais e 1 presencial com datas pré-agendadas, conforme cronograma exposto nos itens 9 e 15 do Projeto Pedagógico.

4.1.12.2.2. A proposta metodológica vem trazer um diálogo construtivo acerca do mindset sob o aspecto neurológico e traz reflexões acerca das pesquisas realizadas com empresas e indivíduos em relação ao seu impacto no desenvolvimento em soluções de inovação. Para tanto, a professora desenvolveu uma didática bastante singular que traz em suas bases os referenciais de metodologias ativas, estimulando assim a colaboração e a construção coletiva de conhecimentos.

4.1.12.2.3. À medida que alia a experiência prática ao conhecimento teórico adquirido em sala de aula nos encontros presenciais, dada a variedade da natureza dos problemas apresentados, ao interagir com os(as) discentes, a mentora irá proporcionar o surgimento de uma nova realidade sobre a Inovação e o Pensamento de Design, enriquecendo, assim, o aprendizado prático e sua aplicação no Poder Judiciário Tocantinense.

4.1.12.2.4. Os encontros presenciais serão desenvolvidos com as seguintes metodologias:

4.1.12.2.4.1. Aula expositivo-dialogada;

4.1.12.2.4.2. Trabalho em equipe;

4.1.12.2.4.3. Com a identificação de mentores(as) internos(as) no TJTO, durante a realização da primeira etapa de capacitação, estes foram orientados a desenvolver alguns projetos, nesta fase eles irão ser capacitados para serem os multiplicadores.

4.1.12.2.5. Os encontros virtuais serão desenvolvidos com as seguintes metodologias:

4.1.12.2.6. Cada mentoria terá 5 horas-aula, na plataforma do Google Meet e irá seguir uma linha de raciocínio prático no desenvolvimento das soluções, trabalhando com grupos individualizados, a partir da seguinte organização:

4.1.12.2.6.1. Mentoria 1 – grupos individuais – Desafio aprovado mentor + explorar ecossistema;

4.1.12.2.6.2. Mentoria 2 – grupos individuais – Gerar idéias/solução;

4.1.12.2.6.3. Mentoria 3 – grupos individuais – Prototipar e teste;

4.1.12.2.6.4. Mentoria 4 - Pitch final – apresentação das soluções.

4.1.12.2.7. Ao final das mentorias, os(as) discentes deverão apresentar as soluções que encontraram para o melhoramento da prestação jurisdicional no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins no tange à inovação tecnológica.

4.1.12.2.8. Ressaltamos que a hora-aula equivale a 60min de duração, conforme preceitua a Resolução Enfam nº 4, de 18 de março de 2021.

4.2. **Conteúdo Programático**

4.2.1. **Palestra:** Tecnologia Mindset e Inovação.

4.2.2. Capacitação:

4.2.2.1. Inovação e o Pensamento de Design Multiplicadores.

4.2.2.2. Inovação em tecnologias;

4.2.2.3. Processos de inovação;

4.2.2.4. Pensamento de design.

4.2.2.4.1. Por que inovar?;

4.2.2.4.2. Tipos de inovação;

4.2.2.4.3. Processo de inovação;

4.2.2.4.4. Pensamento de design – o que é e como será usado no desenvolvimento de soluções;

4.2.2.4.5. Sessões de planejamento entre os times para começar a mapear o desafio.

4.3. Público Alvo

4.3.1. Para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

4.4. Carga Horária Total

4.4.1. 31 horas/aulas.

4.4.2. Para esta capacitação, a hora-aula equivale a 60min de duração, conforme preceitua o artigo 8º, § 1º, da Instrução Normativa nº 001 da Esmat, 2014.

4.5. Data

4.5.1. Palestra:

4.5.1.1. Dia 24 de novembro de 2023

4.5.2. Encontros Presenciais:

4.5.2.1. Dia 28 de setembro de 2023;

4.5.2.1. Dia 29 de setembro de 2023;

4.5.2.1. Dia 24 de novembro de 2023 Mentoria 4 Pich Final.

4.5.3. Final Encontros Virtuais:

4.5.3.1. Mentoria 1 – Dia 2 de outubro de 2023;

4.5.3.2. Mentoria 2 – Dia 16 de outubro de 2023;

4.5.3.3. Mentoria 3 – Dia 6 de novembro de 2023.

5. FREQUÊNCIA, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO e CERTIFICAÇÃO:

5.1. Todos(as) os(as) inscritos(as) deverão participar das atividades a serem desenvolvidas durante o curso e constam em Edital específico;

5.2. Os(As) alunos(as) deverão cumprir no mínimo 75% de frequência, para certificação;

5.3. Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os(as) inscritos(as) deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV);

5.4. Não haverá aferição de notas;

5.6. Haverá monitoramento de ensino levando em consideração que a carga horária é superior a 30 horas-aula;

5.7. A avaliação de reação ocorrerá ao final do curso com objetivo de avaliar o curso, a professora e a metodologia aplicada;

5.8. Só receberão certificado de conclusão os(as) alunos(as) que obtiverem frequência igual ou superior a 75% de aproveitamento;

5.9. Os(As) alunos(as) estarão sujeitos(as) às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

6. DO VALOR:

6.1. O valor para a realização do curso é de **RS 42.011,52 (quarenta e dois mil e onze reais e cinquenta e dois centavos)**, incluídos o valor dos honorários e os impostos que correspondem ao Contratado.

6.2. As despesas com passagens aéreas, hospedagem, alimentação e traslado em Palmas da instrutora ficarão por conta do Contratante.

7. DO RECEBIMENTO:

7.1. Para o recebimento do objeto do contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

7.2. O recebimento do objeto dar-se-á nos termos do artigo 140, inciso I, alínea “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, compreendendo 2 (duas) etapas distintas:

7.2.1. O recebimento provisório dos serviços será efetuado mediante a emissão do “Termo de Recebimento Provisório”, que deverá ser assinado pelo fiscal/gestor do contrato em até 5 (cinco) dias da data do término da prestação dos serviços;

7.2.2. O recebimento definitivo será efetuado mediante a emissão do “Termo de Recebimento Definitivo”, assinado pelo fiscal/gestor do contrato em até 30 (trinta) dias do término da execução dos serviços.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com este contrato:

7.3.1. 1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal de serviços correspondente aos serviços efetivamente prestados.

8.2. Os pagamentos serão efetuados após cumprimento dos prazos quanto à entrega dos registros acadêmicos referentes às atividades educacionais e da análise da conformidade dos serviços prestados com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do gestor do contrato.

8.3. O atesto do fiscal/gestor do contrato na nota fiscal de serviços é condição indispensável para o pagamento:

8.3.1. Na ausência do (a) fiscal/gestor (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo(a) gestor(a) fiscal/gestor(a) substituto.

8.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal de serviços para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os serviços prestados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas no contrato e no Projeto Básico, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

8.5. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido no contrato:

8.5.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/ 2021.

8.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo ao contrato conforme art. 145 da Lei nº 14.133/ 2021.

8.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

8.7.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

8.8. O pagamento somente será realizado mediante as comprovações das mesmas certidões de regularidades exigidas para a habilitação da CONTRATADA.

8.9. O CNPJ constante da Nota Fiscal de Serviços deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

8.10. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente prestados.

8.10.1. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.11. Fica a CONTRATADA ciente que por ocasião do pagamento será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

8.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal de Serviços ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

8.14. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo estabelecido no item 8.7 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

8.15. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

8.16. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

9. DO REAJUSTE:

9.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do termo inicial previsto no item 9.2, observada a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

9.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da proposta, em **29/08/2023**.

9.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados do contrato se regerá da seguinte forma:

9.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

9.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 9.3.1 for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

9.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor/fiscal do contrato conforme Seção III do Anexo V da Instrução

9.5. Nos procedimentos de reajuste deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

10.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo, do contrato se o seu equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:

10.1.1. Para os fins previstos no item 10.1, constituem fato imprevisível o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior;

10.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se também como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.

10.2. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.3. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

11. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

11.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta aquisição, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:

11.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.

11.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 11.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais quando acordadas entre as partes.

12. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

12.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII, do título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. A CONTRATADA obriga-se a:

13.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste do contrato;

13.1.2. Manter durante a execução deste do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram a contratação;

13.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

13.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

13.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II Lei nº 14.133/2021);

13.1.6. Cumprir regularmente as normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.1.7. Durante a vigência deste do contrato, é vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

13.1.8. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, qualquer arquivo ou material produzido pelo instrutor para utilização no curso, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da CONTRATADA;

13.1.9. Manter absoluto sigilo sobre documentos e dados a que tiver acesso, em decorrência da execução do serviço;

13.1.10. Apresentar as certidões negativas anteriormente ao ato que autoriza a contratação por Inexigibilidade de Licitação, e, se quaisquer destas expirar sua validade antes da efetiva contratação, estas deverão ser atualizadas, conforme artigo 68, da Lei nº 14.133 /2021;

13.1.11. Apresentar as certidões negativas anteriormente ao ato que autoriza a contratação por Inexigibilidade de Licitação, e, se quaisquer destas expirar sua validade antes da efetiva contratação, estas deverão ser atualizadas, conforme artigo 68, da Lei nº 14.133 /2021.

13.1.12. Cumprir o prazo quanto à entrega dos registros acadêmicos referentes às atividades educacionais;

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

14.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

14.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.1.3. Proporcionar condições para o fornecimento do objeto do contrato;

14.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste do contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

14.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução do contrato;

14.1.6. Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constante do contrato;

14.1.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

14.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitadas pela CONTRATADA;

14.1.9. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

14.1.10. Oferecer o suporte logístico e disponibilizar os recursos a seguir discriminados para a realização do curso.

15. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO:

15.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da Contratada, a gestão e fiscalização do contrato serão exercidas pela servidora **Andréia Teixeira Marinho Barbosa** e na sua ausência, pela servidora **Amanda Emile Arruda** lotados(as) na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), designada a acompanhar a verificação e análise das especificações dos serviços para que o Contratado cumpra todas as condições estabelecidas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no contrato ou neste Projeto Básico, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

16.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para contratação;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto desta contratação sem motivo justificado.

16.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 16.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 16.1.1, 16.1.2 ou 16.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

16.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

16.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

16.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - a multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

16.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 8.8, da Cláusula Oito do Projeto Básico ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – o inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 16.1.4.

16.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 16.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

16.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no subitem 16.1.5 e 16.1.9, a critério do CONTRATANTE, este o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

16.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- VI – a não reincidência da infração;
- VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

16.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

16.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 16.1.11 ;

16.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

16.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

16.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilene Aparecida da Silva, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira**, em 30/08/2023, às 12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz de Oliveira Pretto, Diretora Executiva**, em 30/08/2023, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **5306384** e o código CRC **47D78194**.